

Análise da multifuncionalidade e desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais

Miguel Angelo da Silveira¹; Dalcio Caron²; Paulo Eduardo Moruzzi Marques³, André Toshio V. Yamamoto⁴.

Resumo - Esse trabalho analisa os resultados iniciais de um estudo de caso em andamento nos municípios de Poço Fundo, Machado e Campestre, Sul de Minas Gerais, componente de uma pesquisa de abrangência nacional⁵. Uma das primeiras ações de pesquisa realizadas foi o mapeamento de projetos coletivos do território, atores sociais e programas públicos, na identificação de possíveis respostas aos problemas do desenvolvimento territorial sustentável, pela via das noções da multifuncionalidade da agricultura e do desenvolvimento local. Muito embora seja o café o produto responsável pela identidade do território, a pesquisa procura também tomar em conta outros produtos agrícolas e agroalimentares genuínos da agricultura familiar do Sul de Minas, portadores de identidade cultural e saberes tradicionais. Do ponto de vista metodológico, trata-se da aplicação de um enfoque territorial.

Palavras-chave – agricultura familiar, produtos agroalimentares, saberes tradicionais.

Abstract – This paper analyses the initial results of a current case study, that covers the cities of Poço Fundo, Machado and Campestre, south of the state of Minas Gerais, Southeast of Brazil, which is part of a national research. As one of the first steps taken, a mapping of the collective projects, social actors and public programs was done in the order of searching for answers to the problems of territorial sustainable development, based upon the notions of agricultural multifunctionality and local development. Even though the identity of the territory is due to the product coffee, the research also aims to cover those typical territorial products of local rural family economy that carry cultural weight and traditional knowledge. From a methodological point of view it deals with a territorial approach.

Keywords – family agriculture, food processing, traditional knowledge.

Introdução

¹ Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente – PhD. Rodovia SP 340 – km 127,5. Jaguariúna, SP. Cep: 13820-000. Endereço eletrônico: miguel@cnpma.embrapa.br.

² Professor e pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – PhD. DEAS/ESALQ/USP. Avenida Pádua Dias, 11. Piracicaba, SP. Cep: 13418-900. Endereço eletrônico: dalcaron@esalq.usp.br.

³ Professor e pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – PhD. DEAS/ESALQ/USP. Avenida Pádua Dias, 11. Piracicaba, SP. Cep: 13418-900. Endereço eletrônico: pmarques@esalq.usp.br.

⁴ Mestre em ecologia aplicada pela Esalq/USP.

⁵ O estudo de caso em questão é parte de uma pesquisa nacional intitulada "Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial no Brasil". Todos seus sete estudos de caso utilizam uma mesma problemática e metodologia, contudo, algumas adaptações foram necessárias em função de necessidades específicas de cada região. A coordenação da pesquisa está a cargo da UFRRJ/CPDA, que conta com a parceria da UFSC/CCA, UFRGS/PPGDR, UERGS-Fepagro, Embrapa Meio Ambiente, USP/Esalq, UFES, UFCG, Cirad (França), Inra (França) e apoio do NEAD/IICA, 2006/2007.

A pesquisa nacional já citada, com os seus estudos de caso em andamento em várias áreas do Brasil, tem uma preocupação central que lhe serve de orientação para dar conta de seus objetivos. Ela busca apreender como as dinâmicas territoriais e os projetos coletivos, presentes nos territórios dos distintos estudos de caso, contemplam a agricultura familiar em suas múltiplas funções e heterogeneidade social.

Assim sendo, em face deste questionamento, a pesquisa define os seus quatro objetivos principais, a saber:

- avaliar as possibilidades oferecidas pelo recorte territorial para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da agricultura familiar e para o desenvolvimento territorial do Brasil;
- verificar a contribuição da agricultura familiar, a partir do enfoque da multifuncionalidade da agricultura (MFA), para o desenvolvimento territorial;
- investigar o processo de construção de territórios em áreas escolhidas, identificando os atores sociais (públicos e privados), os interesses comuns e conflitantes e respectivos espaços de negociação;
- analisar, à luz do enfoque da MFA, os principais programas públicos de promoção da agricultura familiar e de desenvolvimento territorial na sua concepção e instrumentos de operacionalização.

O estudo de caso em questão, que se encontra em fase inicial, está pautado nos municípios de Poço Fundo, Machado e Campestre, no Sul de Minas Gerais. De modo amplo trata do levantamento de projetos coletivos e do inventário de produtos agrícolas e agroalimentares do território – PAAT (uma denominação genérica das produções agrícolas e alimentares locais). Em complemento aos quatro objetivos principais, e em longo prazo, enfatiza os conhecimentos, práticas e representações utilizadas na produção, usos, difusão e conservação de recursos do território. São também abordados, pelo estudo, os procedimentos e viabilidades relacionadas à proteção geográfica (IGP), denominação de origem controlada (DOC) e a relação com o tema da certificação da qualidade e biodiversidade.

Do ponto de vista metodológico, trata-se da aplicação de um enfoque territorial, levando em conta aquilo que ele tem de mais específico: a possibilidade de resgatar, ao nível do conhecimento, o sujeito social da unidade territorial, o produtor, que é ao mesmo tempo o gestor do espaço rural analisado.

Na fase inicial da pesquisa no Sul de Minas, lançou-se mão do diagnóstico territorial que permite detectar e apreender os desafios econômicos, ecológicos e sociais do território, tendo em conta as relações com os atores do desenvolvimento local e do mundo associativo.

Com este balizamento, este texto tem por objetivo apresentar uma análise sobre os primeiros levantamentos realizados a campo, que dão conta do mapeamento preliminar de atores sociais, projetos coletivos e programas públicos, em áreas de cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais.

Pela ótica das noções da multifuncionalidade e do desenvolvimento territorial e ante o cenário internacional de comércio agrícola, caracterizado cada vez mais por uma forte concorrência, busca-se apreciar qual o futuro do posicionamento dos produtos agrícolas e agroalimentares típicos da economia familiar e qual o papel reservado para a agricultura familiar, cujos traços favorecem a salvaguarda desta tipicidade cultural, fundada em saberes tradicionais.

Contextualização do estudo

O estudo em Minas Gerais, nesta fase inicial, tem como ponto de base o município de Poço Fundo. O território no qual ele se insere é particularmente representativo da problemática das zonas cafeeiras brasileiras⁶. Localizado no Sul do estado de Minas Gerais, Sudeste do Brasil, se notabiliza por possuir uma das maiores produções de café do país com qualidade superior, características também de seus dois vizinhos principais, Machado e Campestre.

Diante das exigências da abordagem territorial foi inevitável o tratamento da questão da interação regional, associada a outros elementos responsáveis pela definição da dinâmica territorial respectiva. Posteriormente, o estudo será replicado nos dois municípios vizinhos, para permitir a análise das condições de existência, ou emergência, de um território.

Produzido com uma expressiva base familiar, o café deste território é diferenciado, pois é cultivado em zona montanhosa, em altitudes que variam entre 800 m e 1300 m e, principalmente, por se tratar de um produto portador de identidade cultural. Este fato se traduz em uma grande oportunidade de inserção na cadeia global de valor ou no mercado local.

O assim chamado território é também palco de uma economia local ativa, marcada pela multiplicação de agentes econômicos ligados à cultura do café (comerciantes, cooperativas, empresas de insumos), a presença de empresas agroalimentares e a existência de um mercado de trabalho particularmente dinâmico. A especialização cafeeira (sempre crescente) se inscreve ademais, dentro de uma cultura camponesa de longa data, assegurando à área uma forte tipicidade territorial.

Recentemente, a importância da zona cafeeira dos três municípios foi confirmada pela inauguração, por parte do governo do estado de MG, de um Centro de Excelência do Café em Machado.

No território dos três municípios citados, com uma considerável concentração de cafeicultores orgânicos, é onde se localiza a sede da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil - ACOB, que juntamente com uma escola privada de agronomia e uma escola agrotécnica federal, são responsáveis pela geração e difusão de conhecimentos, técnicas e procedimentos para o cultivo orgânico do café (Pedini, 2005).

⁶ O café foi introduzido no Brasil na primeira metade do século XVIII. O país é, atualmente, o maior produtor e exportador mundial, além de ser o segundo maior consumidor, atrás apenas dos Estados Unidos da América do Norte (RankBrasil, 2006).

Um projeto coletivo importante a destacar é o da Associação dos Pequenos Agricultores de Poço Fundo e Região - Coopfam, que é hoje referência na oferta mundial de café orgânico *Fair Trade* brasileiro. Desde 1997 a Coopfam vem passando por processos de certificação solidária por intermédio da Max Havelaar e orgânica pela Associação de Agricultura Orgânica do Brasil - AAO. A Coopfam possui ainda dois certificados: da BCS Öko-Garantie, entidade orgânica reconhecida internacionalmente e o da Fair Trade Labeling Organization – FLO.

Trata-se de uma experiência de produção e comercialização certificada de café, que rompe com a dependência da cafeicultura familiar com os canais tradicionais, que a exclui e expropria (Pedini, 2005).

Em Machado realizou-se em 2000, a primeira Conferência Internacional sobre Mercado Justo e Café, ocasião em que um grupo de consumidores japoneses foi conhecer as fazendas e produtores de café orgânico que consumiam (Souza, 2006). Tal visita despertou particularmente a atenção dos atores locais, reforçando ainda mais uma posição favorável ao engajamento no processo.

Deste modo, há um interesse crescente concernente às indicações geográficas de qualidade e várias iniciativas, principalmente do poder político estadual, foram levadas a efeito recentemente. Entre os atores principais envolvidos destacam-se professores da Escola Agrotécnica Federal de Machado e presidentes de cooperativas, que se inspiram na experiência do Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado – CACCER, que concede certificados de qualidade, rastreabilidade e de modo de produção aos cafeicultores da região, fato que confere ao Brasil o pioneirismo de ser o único país com região de café oficialmente demarcada do mundo.

Estuda-se a realização de um ateliê, a ser programado para o mês de novembro de 2006, para discutir a questão da criação de uma marca específica e a demarcação oficial da região. Este encontro, que será organizado por lideranças locais, deverá reunir representantes de cafeicultores, das cooperativas, ONGs e de instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, abrem-se amplas possibilidades para a pesquisa, destacando-se os processos sociais em torno da certificação de origem e qualidade de produtos diferenciados da agricultura familiar e em torno do desenvolvimento territorial.

Características gerais do município de Poço Fundo

Localizado no sul de Minas Gerais, distante 395 km de Belo Horizonte, 455 km do Rio de Janeiro, 275 km de São Paulo e 1.110 km de Brasília, o município é cortado pela rodovia MG 179 e tem divisas com os municípios de Machado, Espírito Santo do Dourado, São João da Mata, Carvalhópolis, Turvolândia, Campestre, Ipuiúna e Caldas (Poço Fundo, 2006).

Com área de 475 km², clima tropical-temperado, temperatura média anual de 20°C e altitude máxima de 1435 m, Poço Fundo é uma típica cidade sul mineira, considerada atrativa para aqueles que, por exemplo, procuram o contato com a natureza ao lado de belas cachoeiras.

Fundado em 02 de abril de 1870, Poço Fundo era distrito do município de Alfenas e tinha o nome de São Francisco de Paula do Machadinho. Mais tarde, passou a distrito de São Gonçalo do Sapucaí e, posteriormente, ao município de Machado do qual pertenceu até se emancipar, em 1923, pela Lei Estadual 843, com o nome de Gimirim (em tupi-guarani significa machado pequeno). Em 12 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual 1.903, recebe o nome atual.

O município de Poço Fundo cuja população em 2000, de acordo com o IBGE (2006a), era de 15.148 habitantes tinha 44,5% vivendo no meio rural. De acordo com o censo agropecuário, o município possuía 1698 estabelecimentos agrícolas. Cerca de 81% era considerado familiar (1461 estabelecimentos), ocupando 51,8% da área total agrícola do município. Do valor bruto da produção do município, 55,3% foram gerados pela agricultura familiar.

Café, um produto integrado aos sistemas de produção da agricultura familiar do Sul de Minas

Em nenhum outro estado do Brasil o café tem tamanha importância para a economia, como em Minas Gerais, o maior produtor do país com 58% da produção nacional. Por esta e outras razões é que o café deve ser considerado como uma cultura em lugar de um produto tão somente (Coelho, 2005).

Duas regiões mineiras se destacam, quando o tema é a produção de café: o Sul de Minas, uma das mais antigas produtoras do país, e a região dos Cerrados, a oeste do estado, a primeira região demarcada de café do Brasil e, oficialmente, a primeira Indicação Geográfica de Café do Mundo.

Por seu turno, o Sul de Minas possui também uma diversidade considerável de produtos agrícolas e alimentares, se comparada com muitas outras regiões do país. Conta com um diverso conjunto de atividades, tais como a pecuária leiteira, turismo, artesanato, pequenas e grandes indústrias, comércios, serviços. Ademais, a região, próxima de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, se transforma, cada vez mais, em um lugar privilegiado para o descanso e para a recreação daqueles que habitam grandes metrópoles brasileiras.

Nos 104 municípios da região do Sul de Minas Gerais vivem, atualmente, dois milhões de pessoas, sendo que cerca de 500 mil habitantes conformam o seu mundo rural. Muito mais que uma simples delimitação geográfica, o Sul de Minas possui uma heterogeneidade considerável em termos de produtos agrícolas e alimentares, se comparada com muitas outras regiões do país.

Vale dizer que a atribuição da qualidade à origem do café no Sul de Minas sempre foi informal, até que o governo mineiro, com a Portaria 165/95, demarcou quatro regiões produtoras de café no estado: Sul de Minas, Cerrados de Minas, Montanhas de Minas e Jequitinhonha de Minas. Apesar disso, as iniciativas de valorização do café foram diferentes entre as regiões (Pedini, 2005).

A cafeicultura brasileira é constituída, em 75% dos casos, por agricultores familiares. Desse total, cerca de 60% produzem em áreas de até cinco hectares e são responsáveis por 25% da produção brasileira, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006).

A produção desse segmento era prevista, para 2005, em cerca de 10 milhões de sacas de café que contribuiriam com R\$ 2,5 bilhões para o PIB agrícola, em preços atuais. A cafeicultura familiar emprega em torno de 1,8 milhão de pessoas/ano e prioriza o desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção (Coelho, 2005).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 1996 (IBGE, 2006b), dentre os dez principais produtos da agricultura familiar do Sudeste, o café ocupava o segundo lugar com 159.360 estabelecimentos em uma área total de 4.207.585,3. Em primeiro lugar vinha a pecuária leiteira com 279.201 estabelecimentos em área total de 11.866.534 ha.

Em Minas Gerais, o maior produtor nacional de café com 50,8% da produção do país, a cafeicultura exerce grande influência na economia do estado. Atualmente, a região Sul de Minas é responsável por 53% da produção, ante 29% da Zona da Mata e 18% do Triângulo e do Alto Paranaíba. A estimativa é que o estado produza, na safra 2006/2007, cerca de 20,1 milhões de sacas (Coelho, 2005).

O café é o segundo produto da pauta de exportações de Minas Gerais ficando atrás apenas do minério de ferro. Com relação ao Sul de Minas Gerais, o café corresponde a 70% da renda das propriedades rurais (Coelho, 2005).

No território estudado, que abrange uma área comum aos municípios de Poço Fundo, Machado e Campestre, os estudos realizados até o momento apontam um aumento crescente de interesse da agricultura familiar pela produção sem agrotóxicos – SAT.

A cafeicultura familiar dos três municípios é vigorosa e dominante, com cerca de seis mil estabelecimentos e testemunha a emergência do cultivo orgânico do café, uma diversidade de técnicas e a multiplicação dos processos inovadores de comercialização (comércio commodity, comércio justo e solidário, exportação de café orgânico para a Europa, Estados Unidos e Japão).

Metodologia

A primeira etapa da metodologia do enfoque territorial, que prevê a realização do diagnóstico territorial, possibilita uma imersão progressiva da equipe de pesquisadores em torno das problemáticas do desenvolvimento e agricultura sustentáveis e, ao mesmo tempo, porta um outro olhar sobre o desenvolvimento ao equacionar o lugar da agricultura no contexto do meio rural. O objetivo do diagnóstico territorial é identificar os pontos positivos e as deficiências a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. A metodologia aplicada é adaptada de Sabourin et al (2002) e Vilain (1999).

Passos metodológicos do diagnóstico territorial:

1) levantamentos históricos por intermédio de fontes documentais, pesquisa bibliográfica específica em publicações, em recursos cartográficos e estatísticas disponíveis, e entrevistas realizadas nas microrregiões com atores chave.

- 2) mapeamento preliminar de atores sociais, projetos coletivos, programas públicos e espaços institucionalizados.
- 3) zoneamento agropecuário territorial - instrumento de representação da diversidade de um território, por meio da estratificação de seu espaço em unidades espaciais, definidas pela variação do meio físico ou humano, dos recursos e das atividades rurais. Trata-se de um trabalho de mapeamento temático e dinâmico.
- 4) estudo de trajetórias de desenvolvimento local – atenção particular para a reconstituição e a interpretação da história das transformações agrárias locais.
- 5) Diagnóstico sucinto de cadeias produtivas – caracterizar de maneira breve a cadeia de produção e de comercialização dos principais produtos na escala local ou regional.
- 6) Visitas a locais, e entrevistas, que auxiliem quanto ao desenvolvimento da pesquisa em relação à confirmação de dados estatísticos referentes à área de abrangência da pesquisa.
- 7) Seleção de casos particulares dentro de tipos de agricultores identificados, em tipologia não sistemática, utilizando como critério um ou dois casos de cada tipo. A partir daí levar em conta quem são os agricultores, seu saber e as condições em que se encontram, para se chegar aos elementos que auxiliem a compreender a racionalidade e a lógica da reprodução das famílias, as suas opções, o que fazem em função do que são, seus projetos de vida. Esta fase da pesquisa de campo se dará por meio de observação junto ao grupo, visitas e entrevistas.

Nas missões realizadas na área pela equipe de pesquisa, nos meses de janeiro e abril de 2006, foram realizados pré-diagnósticos que incluíram o levantamento institucional, a identificação de cadastros de agricultores capazes de oferecer informações quantitativas atualizadas e o aprofundamento do conhecimento sobre a diversidade dos sistemas de produção. Particularmente, para este último, foi realizado um expressivo número de visitas a propriedades familiares, para verificar como elas se diferenciavam no território, ao longo de uma topo seqüência entre 800 e 1200 m, no espaço horizontal, bem como desde um ponto de vista econômico, social e ambiental.

No mês de agosto de 2006, a equipe foi a campo novamente para realizar o mapeamento de atores e projetos coletivos, de modo a verificar, preliminarmente, a densidade sócio-institucional e da presença da agricultura familiar, amplitude e interação entre os projetos coletivos, camadas menos mobilizadas ou não incluídas nos referidos projetos e programas. Os dados e análise respectiva são apresentados na seção seguinte.

Mapeamento preliminar de atores sociais, projetos coletivos e programas públicos

A identificação das redes sociais existentes em Poço Fundo e região acentuou, em um primeiro momento, atores sociais e institucionais que ocupam um lugar privilegiado no contexto decisório do poder público local.

Posteriormente, a análise mais aprofundada da compreensão do pensamento social desses atores locais será feita com base nas informações levantadas por intermédio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas. A intenção é avaliar como se revelam noções importantes, como multifuncionalidade da agricultura, desenvolvimento local, no contexto da elaboração e gestão de políticas públicas para o desenvolvimento territorial. Ademais, a identificação das representações sociais dos atores permitirá definir um modelo de agricultura local e suas relações com o território e se elas estão, de fato, relacionadas às noções citadas.

A análise do conhecimento elaborado de diversos atores sociais e institucionais, somada ao levantamento de projetos coletivos e de programas públicos, revela o modo de vida da coletividade e as distintas visões sobre a agricultura e o rural.

Trata-se de um passo metodológico importante: a avaliação do pensamento social de atores locais indica como a comunidade "vê a si mesma (identidade coletiva), como vê o mundo externo (as relações de alteridade) e suas relações com a natureza (utilização dos recursos naturais disponíveis)", de acordo com Cavallini & Nordi (2002). Pode também indicar caminhos que revelem identidades e dinâmicas territoriais.

Cabe a observação de que alguns desses elementos, mesmo não estando situados no município base de Poço Fundo, mas, por exemplo, na vizinha Machado, são importantes no processo de desenvolvimento da dinâmica territorial.

Atores sociais

O mapeamento inicial dos atores sociais se tornou possível a partir de visitas feitas a outros atores privilegiados tais como cooperativas, técnicos da Emater/MG, Secretaria Municipal da Agricultura e professores da Escola Agrotécnica Federal de Machado.

O mapeamento, abaixo enunciado, fornece as primeiras pistas importantes para a compreensão das estratégias possíveis tomadas pelo conjunto dos atores do território, em um cenário de correlação de forças entre os interesses representados.

Num primeiro momento nota-se que agricultores familiares, dirigentes de cooperativas e associações de âmbito regional, bem como de associações de bairros do município têm um peso considerável nas decisões políticas locais. Treze deles têm assento no CMDR, uma instância relevante e atuante neste contexto, composta por 21 membros.

Um outro grupo importante é composto por profissionais de órgãos públicos: administração municipal de Poço Fundo (agentes de extensão rural e técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura[]); dois técnicos ligado ao governo estadual (Emater) e um professor da Escola Agrotécnica Federal de Machado.

Ainda entre os principais atores foram identificados dois vereadores ligados à produção agrícola, um dirigente sindical e diretores da Associação Comercial e Industrial de Poço Fundo.

Dentro deste contexto, a Câmara Municipal, a Associação Comercial, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, as duas cooperativas existentes (e uma mais em formação) e a Escola Agrotécnica formam um relevante conjunto de espaços de decisão política.

Projetos coletivos

De um total de 14 projetos coletivos principais selecionados no município de Poço Fundo⁷, dois deles foram separados para análise neste texto, uma vez que, aparentemente, são os que mais contribuem para a construção de um território em função de sua configuração, tipo de ligações às dinâmicas sociais e econômicas, além de outras especificidades relacionadas aos desafios enfrentados na sua formação, eficiência de organização e busca pela qualidade de seus produtos.

Muito embora exista entre eles uma diferença de tempo de existência, ambos têm, em comum, a mesma localização geográfica, o apego a um produto com tradição e à uma cultura regional.

O primeiro projeto escolhido com base nestes parâmetros foi denominado “Comercialização de café orgânico certificado fair trade”. A seguir é incluída a sua ficha, conforme utilizada no levantamento feito pelos pesquisadores.

<p>1. Nome do projeto: Comercialização de Café Orgânico Certificado Fair Trade</p> <p>2. Origem: anos 1980 em função de ação da Pastoral da Terra. A produção de café, propriamente dita, foi iniciada em 1986.</p> <p>3. Relação com AF: exclusiva.</p> <p>4. Objetivos: produção e comercialização de café orgânico e sem agrotóxico (Sat) a cargo de agricultores ligados à Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo (oficializada em 1991) e à Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região – Coopfam.</p> <p>5. Abrangência: regional (Poço Fundo, Natércia, Andradas e Campestre, MG).</p> <p>6. Atores principais: cooperados da Coopfam e associados da Associação.</p> <p>7. Ações do projeto: produção e comercialização de café orgânico com certificação do sistema Fair Trade (Fair Trade Label Organization - FLO) e certificados pela BCS Öko-</p>
--

⁷ A lista dos 14 projetos coletivos é a seguinte: Comercialização de Café Orgânico Certificado Fair Trade; Hortifrutigranjeiro Orgânico; Grupo de Produtores de Fumo Orgânico; ATER Coopfam – Sapucaí; Projetos Sociais da COOPFAM – AÇÃO; COOPFUNDO – Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo; Cooperativa dos Produtores de Cachaça e Derivados do Sul de Minas – COOPERCASUL; Escola Cooperativa – Centro Educativo Cooperar (CEC); Produção de Mel; Produção de Artesanato - Agulhas de Minas; Produção de Leite; Cooperativa dos Cafeicultores Familiares de PF e Região; Certificação de Fazendas Experimentais da EPAMIG e Agrovila do Bairro Piedade.

Garantie.

Esse projeto coletivo se organiza em oito Núcleos de Bairros voltados para a discussão sobre técnicas, troca de experiências, repasse de informações, recepção da produção, beneficiamento, embalagem, criação e administração de canais de comercialização. Há também a capacitação dos agricultores e indicação de novos agricultores para integrar as duas organizações.

8. Fontes de financiamento: cada cooperado paga R\$100,00 à Coopfam ao se associar, utilizados para manutenção, pagamento de funcionários, impostos e custos fixos. No caso da Associação os agricultores contribuem com R\$ 5,00 por mês para pagamento de gastos fixo, e duas secretárias.

9. Relação com as políticas públicas: além do Pronaf não há uma outra iniciativa de política pública a destacar. O Pronaf C atende a doze cooperados da Coopfam.

10. Participação das instâncias públicas locais: não se aplica

11. Ações específicas de desenvolvimento territorial: a experiência desses agricultores tornou conhecido o município de Poço Fundo e influenciou um outro grupo de agricultores familiares que já providencia a criação de uma outra cooperativa de produção de café com certificação Fair Trade, porém, no sistema convencional.

12. Observações: a Coopfam e a Associação são partidárias da produção sem utilização de agrotóxicos, mesmo que a FLO permita o uso de alguns insumos químicos.

A produção da cooperativa é enviada para a Exprinsul (Exportadora Princesa do Sul) em Varginha, MG, também certificada Fair trade, que atende mercados dos EUA, Inglaterra, Itália e Dinamarca.

Há doze pessoas envolvidas nas diretorias das duas entidades que trabalham sem remuneração.

O segundo projeto escolhido se denomina “Cooperativa dos produtores de cachaça e derivados do Sul de Minas - Coopercasul”. Abaixo é também incluída a sua ficha.

1. Nome do Projeto: Cooperativa dos Produtores de Cachaça e Derivados do Sul de Minas – COOPERCASUL

2. Origem: iniciativa da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Poço Fundo – ACIAPF, em conjunto com agricultores familiares da região. Criada em agosto de 2004. A primeira Assembléia Geral foi realizada em 21 de setembro de 2005, ocasião em que aprovado o estatuto da Cooperativa. O registro em cartório foi feito em 2006.

3. Relação com agricultura familiar: exclusiva.

4. Objetivos: produção e comercialização de cachaça e derivados.

5. Abrangência: regional (19 cidades).

6. Atores principais: ACIAPF; Cooperativa de Consultores (Projeto Empreender) – COSERTA; Empresa de Consultoria Ambiental – SMC, responsável pela consultoria de normas ambientais, em acordo com as normas da Fundação Estadual do Meio

Ambiente – FEAM e, mais 56 agricultores cooperados de 19 cidades do Sul de Minas e mais 16 do distrito Paiolinho, pertencente ao Poço Fundo.

7. Ações do projeto: organização e agrupamento dos agricultores; capacitação em cooperativismo (reuniões mensais); capacitação técnica da produção; produção de cachaça em alambique de cobre; comercialização e criação da marca a ser escolhida entre três sugestões de nomes e em processo de votação.

O projeto visa a exportação, compras coletivas de equipamentos, armazenamento e construção de alambiques, entre outros.

8. Fontes de financiamento: PROGER Rural, uma linha de crédito do governo estadual e PRONAF Investimento. Taxa de adesão de R\$ 400,00, 10% da cota parte (R\$ 600,00), porcentagem da produção até pagar a cota parte. Por ora, enquanto não há produção, cobra-se R\$100,00 por mês para pagamento dos custos, cartório e assessoria técnica.

9. Relação com as políticas públicas: PRONAF (infra-estrutura para construção de alambiques), PROGER Rural.

10. Participação das instâncias públicas: prefeituras dos municípios, notadamente na doação de terrenos. EMATER, no serviço de cadastramento para o Pronaf e Banco do Brasil.

11. Ações específicas de desenvolvimento territorial: criação de uma marca e futuro pedido de formalização de um processo de Indicação Geográfica de Procedência - IGP.

12. Observações: O projeto começou no Paiolinho, com cerca de 16 alambiques e expandiu-se para outras 19 cidades, somando 56 produtores, com um volume de dois milhões de litros/ano. Esta expansão se deu com assessoria da SMC (Empresa de Consultoria Ambiental) que, além da atividade de consultoria com normas ambientais, realizou trabalhos de capacitação, adequação ambiental, que se configuraram em licenciamento ambiental, outorga de água, declaração de uso de dejetos, como vinhoto, cinzas, esgoto.

Para o desenvolvimento de uma política de marketing foi contratada, por R\$6.000, a consultoria de uma empresa de que presta serviços para o SEBRAE, que por sua vez cobre 70% daquele valor. Atualmente, as questões da qualidade da cachaça e do plantio da cana estão sendo trabalhadas.

Ademais, têm a consultoria de uma professora da Universidade Federal de Lavras - FLA sobre os temas da química e qualidade da cachaça.

Para os representantes da Cooperativa é o mercado que determina a qualidade do produto. Em função disto, não aparentam interesse em manter a lógica e os padrões regionais de produção da cachaça, ou seja, a lógica do produto regional.

Todos os produtores de cachaça produzem cana-de-açúcar e, alguns deles, compram cana fora da região para complementar o estoque.

Programas públicos

Uma vez que se procedeu à uma seleção dos projetos coletivos, com as características especiais capazes de estabelecer alianças e reforçar a criação de identidades territoriais, nesta seção são apresentados os programas públicos que têm relação direta com aqueles projetos selecionados. A seguir.

Identificação dos programas

1. Nome do programa - PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁸

2. Órgão – SAF/MDA

⁸ - http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp?idpai=faqcidadeao1

3. Origem (esfera do governo) – SAF/MDA

4. Objetivos - destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Obs.: Entende-se por serviços, atividades ou renda não-agropecuários aqueles relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

5. Linhas de ação -

6. Abrangência e recursos - Os créditos do PRONAF podem destinar-se a:

- custeio: financiamento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias de beneficiários enquadrados nos Grupos "C" e "D", de acordo com a proposta de financiamento ou o projeto específico;

- investimento: financiamento da implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

Obs.: Os créditos para investimento integrado coletivo, com ou sem capital de giro associado, destinam-se às associações, às cooperativas ou às outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários enquadrados nos Grupos "C" e "D" e direcionam-se ao (à):

- financiamento da implantação, da ampliação e da modernização de infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários e não-agropecuários;

- operacionalização dessas atividades no curto prazo, de acordo com projeto específico em que esteja demonstrada a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento.

7. Instâncias de deliberação - não se aplica.

8. Interação com outros órgãos/instâncias - não se aplica.

1. Programa - Proger Rural

2. Órgão – Banco do Brasil S.A.

3. Origem (esfera do governo) – Banco do Brasil S.A

4. Objetivos – O Programa de Geração de Emprego e Renda Rural - visa ao atendimento dos produtores rurais nas despesas normais de custeio agrícola e pecuário e de investimentos fixos e semifixos na propriedade.

5. Linhas de ação – Esse crédito é destinado aos agricultores que exploram parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, e que executam o trabalho sozinho, com sua família ou com até dois empregados permanentes, sendo admitido, ainda, eventual, ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade exigir.

Ademais, devem comprovar residir na propriedade rural ou em local próximo, possuir renda bruta anual de até R\$ 100.000,00 e deter/explorar área de até 15 módulos fiscais. Além disso, 80% da renda deve ser oriunda da atividade agropecuária ou extrativa vegetal.

Se o beneficiário for pessoa jurídica, deve comprovar que está adimplente com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, e, se pessoa física, regularidade com a previdência social, no decorrer da vigência do contrato.

O somatório do crédito de custeio com o de investimento não pode ultrapassar R\$ 60.000,00, por beneficiário, limitado a:

a) custeio agrícola e pecuário: até R\$ 48.000,00, por beneficiário, por safra;

b) investimento: até R\$ 48.000,00, por beneficiário, por ano/safra;

No caso de empreendimentos coletivos, será de acordo com número de beneficiários, respeitado o teto individual por participante.

Os encargos financeiros referem-se a juros efetivos são de 8,00% ao ano.

Quanto ao prazo de pagamento, no custeio, o mutuário terá até 2 anos para pagar o financiamento agrícola, observado o ciclo do empreendimento, já em operações de custeio pecuário o prazo é de até 1 ano. No investimento, o prazo é de até 08 anos, com três anos de carência.

6. Abrangência e recursos – nacional.

7. Instâncias de deliberação – não se aplica.

8. Interação com outros órgãos/instâncias – não se aplica.

Conclusão

A dimensão local da agricultura está estreitamente relacionada com a sua dimensão mundial, uma vez que o movimento dos mercados internacionais exerce diferenciados graus de pressão dentro das realidades locais. Em certos casos relacionados à agricultura familiar, algumas regiões podem se beneficiar desses processos em maior escala, dependendo do tipo de conformação de território cristalizada, no tempo e no espaço, pelo conjunto de atores sociais, associada ao enfoque de políticas públicas de desenvolvimento rural definido.

Muito embora o Brasil tenha sido, historicamente, um país exportador e com pouca tradição e diversidade regional no que tange à transformação de produtos agrícolas, o contexto internacional, cada vez mais competitivo e exigente em termos de produtos de qualidade, possibilita, paradoxalmente, que certas produções regionais dinâmicas se beneficiem do contexto econômico atual. Isto passa, evidentemente, pela necessidade de se estabelecer novos enfoques para pensar o rural, que privilegiem um outro tipo de ordenamento territorial, novas funções para a agricultura familiar, programas públicos bem estruturados e eficazes de gestão do espaço.

Sistemas agrários familiares, multifuncionais e sustentáveis, como os do Sul de Minas, parecem estar às portas de um movimento que poderá lhes dar acesso a importantes segmentos do mercado internacional, desde que passem por processos de adaptação tecnológicos, organizacionais, coletivos e individuais; uma pequena revolução na organização da sua produção.

O estudo de caso do Sul de Minas, selecionado pela pesquisa nacional "Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial no Brasil", conforme enunciado no início deste texto, tendo por base a cadeia do café, precisamente em um território com especificidades positivas, como é o caso dos municípios de Poço Fundo, Machado e Campestre, tratou de pensar um quadro conceitual que considerasse os atores e suas interações, os projetos coletivos e os programas públicos atuantes, de modo a compreender como esse conjunto se engaja a processos de mudança.

A combinação destes elementos permite analisar as condições de emergência do desenvolvimento de uma agricultura multifuncional e sustentável, ao mesmo tempo em que possibilita identificar a importância, diversidade e tipo de organização empresarial dos produtos chamados do território.

A análise da multifuncionalidade e do desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais, conforme indica o título do estudo de caso, não pode ser feita de modo definitivo, uma vez que o estudo apresenta apenas resultados preliminares referentes às etapas iniciais da pesquisa.

O que se pode concluir, por ora e a partir da metodologia empregada nos levantamentos realizados, é que apenas parte dos atores identificados tem a compreensão das perspectivas da agricultura familiar poder se beneficiar dos chamados serviços e produtos com identidade cultural.

Sobre os atores sociais identificados no município de Poço Fundo, até onde a pesquisa avançou, constatou-se que eles não deram conta de engendar um conjunto de políticas públicas locais voltadas para desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar.

Da parte da Secretaria Municipal de Agricultura – SMA, as ações cotidianas desenvolvem-se de modo isolado sem representar um conjunto concreto de políticas voltadas para a direção da multifuncionalidade da agricultura.

Quanto às outras funções periféricas à produção agrícola como, por exemplo, os chamados serviços ambientais ou aquelas que concorrem em manter o tecido social e garantir a segurança alimentar, poucos dados foram possíveis de se levantar, por enquanto.

Os projetos coletivos que podem ser considerados como inovadores e relevantes e, mais importante, com uma forte ligação com o território, tanto no aspecto físico, geográfico, histórico, social e cultural são apenas dois, como visto.

Em suma há, pelo menos no mercado internacional, uma tendência a atribuir aos produtos agrícolas e agroalimentares do território – PAAT, uma importância cada vez maior chegando mesmo, como aponta (Rastoin, 2006) a se pensar na

viabilidade da criação, no seio da Organização Mundial do Comércio, de um modelo latino de denominações de origem controladas – DOC.

Contudo, é importante que os agricultores se adaptem rapidamente às novas demandas, tanto em termos de produção com qualidade, quanto em matéria de preocupação com a questão ambiental.

Cabe aos pesquisadores e gestores públicos melhor compreender esses novos dados e trabalhar para que os agricultores melhor se situem de modo a preservar os seus próprios valores e a se defenderem das armadilhas do mercado exterior. Desse modo os interesses gerais sobre o território transcenderão os interesses da política local pautada em certos interesses organizados em detrimento dos de redes sociais sustentadas em um território.

Bibliografia

CAVALLINI, M.; NORDI, N. (2002) **Agricultura tradicional na serra da Mantiqueira (Minas Gerais, Brasil):** subsídios ao desenvolvimento sustentável. Disponível: www.pt.com.br. Acesso em 08 maio 2002.

COELHO, F. M. G. O café num outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26, p. 9-16, 2005. Edição especial.

IBGE, **Censo Agropecuário de 1995-1996**, <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de setembro de 2006b.

IBGE, **Cidades**, <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de setembro de 2006a.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, **Portal da Secretaria da Agricultura Familiar**, <http://www.mda.gov.br/saf>. Último acesso em 15 de setembro de 2006.

PEDINI, S. Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26, p. 118-124, 2005. Edição especial.

POÇO Fundo: 83 anos de emancipação. Disponível em: <http://www.pocofundo.mg.gov.br/inicio.htm>. Acesso em: 15 ago. 2006.

Rank Brasil Livro dos Recordes. Maior produtor de café <http://www.rankbrasil.com.br/maismais/agricultura/>. Acesso em 10 set. 2006.

RASTOIN, J.-L. **Quelle stratégie pour les produits de terroir dans un contexte de globalisation des marchés?** Disponível em: <http://www.agrobiosciences.org/IMG/pdf/05048-MPunivMaaTER.pdf>. Acesso em: 10 set. 2006.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais:** conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p.

SOUZA, M. C. M.; SAES, M. S. M.; DOLNOKOFF, F. **Organization of the organic coffee industry in the Sul de Minas region, Brazil.** In: Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/download/pensa-305.pdf#search=%22%22organization%20of%20the%20organic%20coffee%22%22>>. Acesso em: 10 set 2006.

VILAIN, L. **De l'exploitation agricole à l'agriculture durable:** aide méthodologique à la mise en place de systèmes agricoles durables. Dijon: Educagri, 1999. 155p. il. Acesso em: 10 set 2006.